



PARTICIPAÇÃO FEMININA E DEMOCRACIA: A EXPERIÊNCIA DAS VEREADORAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR EM 2017

**GABRIELA LIMA
LUISE CAITANO
MARIA PAULA COSTA
VERENA MAIA**

1. Introdução

Guiado pela questão “como é a experiência das vereadoras na câmara municipal de Salvador em 2017?”, o grupo pretende analisar como se dá o exercício do poder político pela mulher na esfera municipal, tendo como recorte a cidade de Salvador, Bahia; e como as vereadoras atuam, seja individualmente ou em conjunto, para dar corpo a suas propostas enquanto inseridas em um meio predominantemente masculino e ainda muito permeado pelo autoritarismo e pelo machismo. Dessa forma, nós buscamos compreender melhor o processo pelo qual se dá a representação política feminina nos espaços do poder legislativo, assim como pensar quais outras barreiras ele precisa ultrapassar.

A pesquisa que o grupo pretende realizar é relevante, inicialmente, por motivos acadêmicos. Ainda não há uma pesquisa que trabalhe como se dá a vivência das vereadoras eleitas em 2016 na câmara de Salvador. Outro motivo seria o político, uma vez que, atualmente, vivemos em um contexto em que conhecimentos e reflexões acerca de questões como feminismo e política são necessários para um avanço social. Além desses motivos, há também o pessoal, já que o grupo é formado por mulheres que se sensibilizam e se interessam pelo tema em geral. Nesse sentido, a pesquisa é fundamental por trazer um caráter compreensivo, e não explicativo, de como as mulheres vereadoras atribuem sentido aos seus mandatos, acessando os subjetivos coletivos e entendendo-as como representantes de um grupo.

2. Metodologia

O grupo realizou a pesquisa buscando responder a pergunta central, “Como se dá a vivência das vereadoras na Câmara Municipal de Salvador?”, através de entrevistas e levantamento de dados, bem como o estudo temático que nos instrumentalizou para a realização da entrevista semiestruturada. Foram realizadas entrevistas presenciais e através de e-mail, com perguntas subjetivas, visando conhecer a vivência das vereadoras nesse espaço político, e suas



maiores dificuldades, refletindo como o gênero e o poder, articulados, influenciam nas suas profissões.

Como toda pesquisa, esta requer passar por etapas, e a primeira que tivemos que lidar foi o processo de conhecimento e tentativa de contato com o nosso objeto de pesquisa (as vereadoras). Em um universo de quarenta e três vereadoras, oito sendo mulheres, esgotar a tentativa de estabelecimento de comunicação, inicialmente, nos pareceu fácil. Sendo elas: Marcelle Moraes, Rogéria Santos, Lorena Brandão, Marta Rodrigues, Ireuda Silva, Catia Rodrigues, Ana Rita Tavares e Aladilce, o grupo realizou a entrevista com apenas três vereadoras, uma vez que trabalhar usando o método da entrevista carece de disponibilidade por parte dos pesquisadores e dos entrevistados, sendo difícil alcançar o objetivo esperado. Para entrevistá-las foi necessário manter o contato constante com os seus assessores, através do número que encontramos na internet, além de buscar outras formas de aproximação.

Importante destacar que enquanto estudantes mulheres, que dialogam com o feminismo, e curiosas pela temática da política enquanto lugar de poder que representa (ou não) as mulheres, nos sentimos parte do objeto de pesquisa também. Nesse sentido, apesar do estudo que a atividade de entrevistar nos solicita a medida que compreendemos que a pesquisa pretende produzir novas respostas e ir de contra partida a confirmação de respostas que queremos e pensamos um dia ouvir, a identificação e a representação são elementos presentes neste trabalho. Aprender a ajustar-se a dificuldades como a presença de opiniões divergentes entre o entrevistado e o entrevistador foi também um dos nossos desafios nesse trabalho.

Entendendo e compartilhando da definição geral da entrevista de pesquisa trazida por Pires, é necessário se pensar a entrevista de pesquisa como uma modalidade particular de coletas de dados por comunicação oral na qual duas ou mais pessoas se encontram em situação de interação direta e frequentemente face à face. No formato desta pesquisa em especial, utilizamos o de semi-estruturada, ou semi-diretiva. Essa formatação nos possibilitou uma boa margem para construção conjunta de formulações, e por isso a extrema escuta atenta, com o respaldo de um esquema prévio. Essencialmente, a entrevista se constitui na interlocução entre o pesquisador e o entrevistado, sendo assim, levamos seis perguntas para o dia da entrevista apenas como suporte:

1. Gostaria que a senhora me dissesse um pouco sobre sua entrada na política;
2. Gostaria que a senhora me falasse sobre sua chegada ao cargo;
3. Poderia me contar uma situação durante a campanha em que a condição de ser mulher influenciou de forma determinante na discussão política?;
4. Poderia me dizer quais as suas preocupações e objetivos no seu trabalho?;
5. A senhora,



enquanto mulher, em um sistema de governo predominantemente masculino, já passou por alguma situação de silenciamento por ser mulher?; 6. Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

Conseguimos, como já mencionado anteriormente, apenas três entrevistas, uma presencial e duas através do e-mail. A presencial foi com a vereadora Marta Rodrigues, as outras duas, via instrumento tecnológico, Cátia Rodrigues e Lorena Brandão. Trabalhar com a utilização da entrevista qualitativa é um desafio e foi também o nosso objetivo, o que se permite pensar que em um universo de oito mulheres, ter tido a oportunidade de conversar e entrevistar apenas uma não deixou de ser uma situação, no mínimo frustrante.

Poupart (2009) traz em seus estudos os argumentos para a realização da entrevista qualitativa, e o epistemológico é um deles. Compreender o mundo social não é possível sem a perspectiva dos atores. *Compreender*, mais do que explicar, é uma tarefa que demanda colocar na equação o ponto de vista individual. Ou seja, não queríamos tão somente ouvir as vereadoras, mas compreendê-las em sua vivência na ocupação de um lugar de poder tão minoritário à realidade feminina. Outro argumento é o ético-político em que a entrevista dá voz aos atores, atribuindo-lhes a condição de sujeitos e não apenas de mero objetos de pesquisa. Além de ser uma técnica ajustável à medida que avançamos através da inclusão de tópicos, direcionamento do entrevistado, correção de incompreensões e da possibilidade de repetição, de desenvolvimento do argumento e de aprofundamento do tema.

Deparando-nos com a dificuldade de análise e de junção de diferentes falas, tanto as recebidas presencialmente, tanto as recebidas digitalizadas através das respostas enviadas no e-mail, chegamos a blocos de respostas e análises, dividimos em quatro tópicos, sendo eles: A entrada na política, a chegada ao cargo, condição de ser mulher – campanha e situações de silenciamento.

3. Discussão teórica

Para discussão e embasamento teórico acerca do tema em questão, buscamos realizar leituras que nos prepararem para a realização de perguntas para a entrevista com as vereadoras e nos acrescentassem enquanto conhecimento crítico no que se refere aos aspectos femininos em todas as temáticas que estaríamos dispostas a discutir e analisar. O livro *feminismo e política*, e especialmente três textos presentes nele “O feminismo e política”, “A igualdade e a diferença” e “Gênero e representação política”, ambos escritos por Luis Felipe Miguel, é fundamental como leitura para a realização da presente pesquisa. Propõe um debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas; o patriarcado, em uma perspectiva de reflexão sobre o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia. Nesse sentido, dialogando com o tema



geral do nosso seminário de pesquisa, Direito e democracia na contemporaneidade, os textos em análise servem de base no desfaio de compreender a reprodução das desigualdades de gênero em um contexto social que estabelece direitos formalmente iguais, mas que se apresenta situado em um ambiente de contradições, que no nosso objeto de pesquisa, será a Câmara de vereadores de Salvador.

Durante o debate proposto nos textos, figuras importantes como Olympe de Gouges, com a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, Simone de Beauvoir, com a publicação de “O segundo sexo” em 1949 e Mary Wollstonecraft recebem destaque como contribuidoras de uma redefinição das fronteiras da política. Outra figura importante é Betty Friedan, com seu livro “A mística feminina”, que analisa a infantilização a que mulheres são submetidas, problematizando o espaço na sociedade que lhe é imposto: o de esposas e donas de casa submissas a um marido que as comanda. Toda a discussão, então, contribui grandemente para um entendimento do processo de resistência enfrentado pelas mulheres, especialmente na política, sendo notável e explícito na cidade de Salvador, onde apenas foram eleitas 8 vereadoras.

O texto “A igualdade e a diferença” vai abordar a igualdade quanto uma bandeira fundamental levantada pelo movimento feminista. Segundo Luis Felipe Miguel, desde as primeiras manifestações de inconformidade com a dominação masculina, as mulheres reivindicam acesso a liberdades iguais aquelas de que os homens desfrutam. Sendo assim, o autor destaca autoras feministas que irão problematizar e enfatizar que as mulheres são iguais aos homens na capacidade intelectual, no potencial de contribuição para a sociedade e na virtude. Ou seja, essas autoras irão, no momento que defendem uma igualdade e reconhece a diferença no sentido de necessidade de mudança, se contrapor a visões de Aristóteles a Rousseau que legitimavam a inferioridade feminina como fundada numa menor capacidade natural.

O autor trabalha também nesse capítulo a “política maternal” ou “política de desvelo”, que eclodiu nos anos 1980 com obras, principalmente, de Jean Bethke Elshtain, Sara Ruddick e Nancy Hartsock. O “pensamento maternal” e a “política do desvelo” afirmam que as mulheres trazem um aporte diferenciado à esfera pública, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos, quando não pelo desejo de legar um mundo mais seguro para seus filhos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje



desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada. A presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina.

A tensão entre valorização da diferença e afirmação da igualdade de gênero permeia também a relação do feminismo com o multiculturalismo, corrente que questiona a imposição dos valores ocidentais como se tivessem curso universal e afirma a necessidade de garantir a vigência de modos de vida minoritários. A discussão como o multiculturalismo envolve também questões relativas à identidade das mulheres, bem como a sua capacidade de agência autônoma em situação de subalternidade. Uma reflexão sobre as demandas cruzadas do feminismo e do multiculturalismo busca tornar mais complexo o entendimento sobre as culturas minoritárias. Se a aceitação acrítica da defesa da legitimidade dos grupos de cultura dos grupos de cultura pode impedir a reflexão sobre as desigualdades internas a esses grupos e promover uma visão cristalizada da cultura, reificada em práticas que expressam sobretudo os interesses de alguns dos integrantes do grupo, a recusa a considerar as diferenças entre os grupos como uma questão para a democracia pode colaborar para reproduzir as hierarquias entre eles.

Já em “Gênero e representação política”, Miguel analisa o efeito simbólico da conquista do voto feminino em contraposição com a pequena quantidade de mulheres ocupando cargos legislativos em todo o mundo, mesmo em países que possuem políticas de cotas de gênero. Ele também explora diferentes modos de encarar essa representatividade feminina na política, e se ela realmente se dá apenas pela quantidade de mulheres presentes nesses espaços, ou se ela acontece quando as mulheres no poder legislativo se propõem a realmente se propõem a promover questões relacionadas às mulheres como um todo.

Também é de grande importância um estudo de Maria Mary Ferreira. Nele, Ferreira, analisa a participação das mulheres nas eleições de 2014. O estudo é composto por dados históricos, estatísticas e entrevistas que buscam mostrar se houveram avanços nessa luta, e se as candidatas incorporaram as bandeiras defendidas pelo feminismo e como estas respondem a luta histórica das mulheres por igualdade de direitos.

Segundo o estudo presente, o Brasil é um dos países da América Latina com menor representação de mulheres no poder. O problema é tão grave mesmo com a aprovação da Lei 9.504/97 (que assegura a reserva de 30% e 70%, para cada gênero do número de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito), as mulheres não têm conseguido superar a marca dos 11% nas eleições. A Lei favorece a presença das mulheres nas listas partidárias, porém poucos partidos têm conseguido cumprir com esta legislação. O movimento feminista



se tornou o porta-voz das necessidades/vontades de milhares de mulheres em todos os estados brasileiros onde foi crescendo.

“A X Conferência Mundial de Mulheres promovida pelas Nações Unidas – ONU ocorrida na China, em 1995, trouxe para o debate político a desigualdade de gênero nos cargos de decisão. Na maioria dos países as mulheres representavam pouco mais de 12% naquele momento. Esse problema levou os participantes a aprovar medidas e deliberar que a partir daquele ano todos os países membros das Nações Unidas deveriam criar mecanismos de construção da igualdade de gênero na política.” Ainda assim, no Brasil, houve poucas mudanças. Na última legislatura, São Paulo foi o estado que elegeu o maior número de deputadas federais (cinco deputadas). Em grande parte dos estados, foi eleita apenas uma deputada federal. Através desses dados é possível ver que as mulheres brasileiras são desiguais aos homens na esfera pública.

O texto também traz as entrevistas feitas com as candidatas a Câmara Federal e Estadual maranhense: a candidata pelo PPS Elisiane Gama, eleita deputada federal e a candidata Valdimeire Melo Corrêa pelo PDT. De acordo com as entrevistas, as duas candidatas enfatizaram que suas bandeiras de luta em relação à mulher, é criar políticas públicas que facilitem e viabilizem o tempo da mulher para participar da política. Mudar o quadro de representação política no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais brasileiros é parte do projeto democrático. Superar a sub-representação da mulher na política brasileira e garantir a paridade entre os gêneros passa, obrigatoriamente, por mudanças no sistema político brasileiro, agregado à implantação de um projeto de educação de gênero e implantação de uma política cultural que interfira nas estruturas no sentido de transformar as mentalidades conservadoras que, ao longo da história, têm subordinado as mulheres a papéis secundários.

Além disso, também é importante trazer para essa discussão o livro *Os direitos da mulher e da cidadã por Olímpia de Gouges*, do jurista brasileiro Dalmo de Abreu Dallari. Neste livro, Dallari destrincha a vida da pioneira feminista da Revolução Francesa, Olímpia de Gouges, que lutou por diversas pautas de interesse para as mulheres, inclusive o sufrágio feminino. Olímpia, porém, é mais conhecida por ter redigido o documento *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, em 1789, que dava às mulheres os mesmos direitos e as mesmas garantias que possuíam os homens após a derrubada da monarquia francesa.

Outro texto que muito nos serve enquanto discussão do nosso objeto de pesquisa é o artigo de Maísa Maria Vale *Mulheres na política local: reflexões sobre a gênese da desigualdade*



de gênero em Salvador. O objetivo da leitura é identificar quem são essas mulheres que conseguiram transpor as barreiras impostas pela ordem patriarcal e liberal de cidadania e conseguiram se eleger para cargos legislativos da cidade de Salvador. Segundo a autora, verifica-se, ainda hoje, que as mulheres passam por um processo de pseudo-integração, que as coloca à margem da participação sócio-político-econômica, em razão de que as relações sociais estabelecidas em nossa sociedade estão balizadas por uma cultura patriarcal que se associa a um caráter racista e sexista, em relação às origens étnicas e sexuais dos sujeitos para concessão dos privilégios.

Para rever tais dilemas, expondo em profundidade as contradições que os alimentam, a autora traz também neste artigo alguns aspectos abordados na monografia apresentada em 2009, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, *Mulheres na Política Local - Um Estudo sobre o Perfil das Vereadoras da Câmara de Salvador*, que teve como objetivo investigar as formas de inserção política das mulheres na Câmara de Vereadores de Salvador, tomando por parâmetro a eleição de 2008. A importância da prática e ação sócio-política destas vereadoras, na mediação entre o exercício da prática legislativa e sua vida cotidiana para conscientização e organização do segmento ao qual se identifica e se associa, há muito vem sendo omitida dos registros oficiais. Esta pesquisa surge ainda da inquietação de querer publicizar quem são essas mulheres: Como e por que é importante se falar delas? De onde elas vêm? Como se identificam quanto à suas identidades? O que diferencia cada uma destas mulheres? Que aspectos políticos, culturais, sociais e conceituais teriam contribuído para sua eleição? Como se deu esta participação? Como se constitui sua base eleitoral? Emerge também da constatação de que, apesar de uma longa trajetória organizativa das mulheres na luta pela cidadania plena, pouco se conhece sobre o protagonismo destes sujeitos.

Maísa Maria Vale traz, na segunda parte de seu artigo, breves considerações históricas, uma fala da cientista política e feminista Ana Alice Costa (1998, da qual compartilha do pensamento, referente “a temática da participação política da mulher é também a área menos desenvolvida nos estudos feministas”, ratificando que este se constitui ainda na contemporaneidade, como um campo pouco problematizado, dentro e fora da academia, no que tange às disputas pelos espaços do poder institucional.

Enquanto existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social, nas questões de saúde, sexualidade, violência, artes e literatura e mesmo na direção da construção de uma teoria feminista,



a problemática da participação política da mulher tem ficado relegada a um segundo plano, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora. (COSTA, 1998:74).

Ao abordarmos a exclusão das mulheres quando das análises sobre a presença feminina no poder institucional, além de tornarmos público o silenciamento que se estabeleceu sobre a experiência das mulheres nestes espaços, corroboramos com a ideia de que a produção do conhecimento, de maneira geral, e da produção historiográfica, em particular, esta toda impregnada por relações de gênero. As diferenças entre homens e mulheres, percebidas sob a forma lógica da construção do conhecimento, ou seja, sob bases dicotômicas, estabelece uma polaridade entre duas esferas estanques, isoladas uma da outra: masculino e feminino; produção e reprodução; e públicas e privadas que repercute na divisão dos papéis sociais. A partir desta lógica há uma separação entre os espaços de trabalho relacionado à produção, e os espaços da reprodução, sobretudo da vida doméstica. Dessa forma, as mulheres são socializadas por meio da cultura para o desempenho de tarefas reconhecidas como sendo típicos da esfera privada – reprodução, maternidade, cuidado, domésticas e, por extensão, os problemas sociais, etc., enquanto que, aos homens são reservados os espaços conhecidos como públicos – do poder, política, produção, etc., acentuando-se, assim, as assimetrias de gênero.

A análise atenta no quadro da primeira Câmara brasileira aponta ainda para um déficit democrático de gênero que vem de longe e que põe sob suspeição a representatividade do sistema e dos atos expedidos nesse espaço. Ao longo da sua existência, a presença de mulheres, tem se dado em número extremamente reduzido, de modo que, até então não tem sido suficientemente atrativa aos olhos dos pesquisadores a incorporação das ações políticas destes sujeitos à História oficial. “Esta abordagem deve se integrar em uma análise global da sociedade [...] e ser pensada em termos dinâmicos, pois repousa em antagonismos e contradições.” (KERGOAT, 1996).

A autora traz também a experiência dessas mulheres intrincadas nas relações sociais, simuladas pelos papéis de gênero presentes nos espaços públicos e privados, nas representações sociais e nos imaginários, a partir de uma perspectiva da teoria feminista. Entendemos que este tipo de estudo é imprescindível para tornar visível a luta pela defesa da igualdade de direitos e, em especial, da luta sufragista no Brasil, visto que a invisibilidade política ou a pouca presença das mulheres provém da dimensão intrínseca de relações de domínio e subordinação, portanto, de relações de gênero.

A psicóloga e filósofa feminista Carol Gilligan reconhece que há um imperativo moral para as mulheres configurar-se na obrigação de cuidar. Sua teoria aportou uma visão que defende a



existência de uma moral particular nas mulheres, que não deve ser vista somente como resultado artificial de uma desigualdade, senão como um modo diferente de argumento moral e uma fonte de intuições éticas autênticas e extremadamente valiosas. Gilligan chega à conclusão que a orientação moral básica das mulheres é cuidar dos outros. Já os homens, por pensarem racionalmente a partir de princípios abstratos, não considerariam o cuidado como um detalhe ou uma ação a ser executada.

O artigo chega a conclusão defendendo a ideia de que há muito que se chamar atenção para o estudo sobre a presença das mulheres nos espaços de decisão e políticos, o que se justifica e é, sem sombra de dúvida, um elemento transformador sob diversas óticas, não apenas – como se costuma frequentemente dizer – por uma questão quantitativa (as mulheres são a metade da população) ou por questões essencialistas (“porque cuidam bem dos outros”), mas, sobretudo, pelos próprios interesses das mulheres, visto que os valores predominantes da família patriarcal limitam às mulheres direitos como: o acesso e controle do produto do seu trabalho, o status de sujeitos na história, e, até mesmo, o exercício do poder. Portanto, a análise das diferenças de gênero no poder local, nos ajudar na compreensão e identificação das diferenças e hierarquias existentes entre os sexos, que se criam e reproduzem através de uma teia de relações de poder.

O artigo escrito por Míriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel, intitulado “Transformando a diferença: as mulheres na política” descreve as falas das participantes do Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder, ocorrido em Brasília, de 16 a 18 de maio de 2000. Nesse artigo, é importante observar os depoimentos de vereadoras e deputadas que, na época que assumiram os cargos, não possuíam nem diplomas e carteiras com os cargos eletivos no feminino, inexistiam termos como “vereadora” ou “senadora”. Houveram constantes depoimentos em relação ao esforço em dobro – em comparação aos homens – necessário para conseguirem reconhecimento e serem respeitadas no âmbito profissional. Além disso, as mulheres também precisam ter boa aparência e serem boas mães e esposas para serem consideradas dignas, como depôs Wilma de Faria, ex-governadora de Rio Grande do Norte. Sendo assim, percebe-se que a ocupação de cargos políticos por mulheres é uma luta constante.

4. Entrevistas

4.1 A entrada na política



Analisando as entrevistas das vereadoras Lorena Brandão e Cátia Rodrigues, é perceptível a forte presença de Deus, o marido e o pai como impulsionadores nesse ingresso na vida pública. Enquanto Marta Rodrigues, vereadora do PT, atribui o interesse à entrada na política em suas participações desde o grêmio estudantil à militância no movimento popular e ao movimento de mulheres.

4.2. A chegada ao cargo

Seguindo uma lógica temporal, pautamos a chegada ao cargo. O objetivo é pensar o processo até a efetivação da candidatura e o objetivo inicial enquanto projeto político da vereadora em questão. No caso das vereadoras Lorena e Cátia, propostas que ressoam aspectos cristãos aparecem nas suas falas. Esta, acrescenta a dificuldade de conciliar com as diversas tarefas incumbidas a mulher, sendo elas a de mãe, esposa, filha e etc. Aquela, enfatiza o seu objetivo de dar voz a igreja em que faz parte.

É importante, nesse momento, se pensar nos objetivos propostos pelas vereadoras enquanto reflexos também dos seus interesses particulares e pensar de forma crítica o papel que, inconscientemente, são impostas as vereadoras enquanto ocupantes de espaços políticos de poder.

Marta diferencia-se na sua fala uma vez que sua chegada ao cargo só se concretizou na sua terceira tentativa. Seu objetivo, desde o início, foi propor debates que contemplam a problemática da ausência das mulheres nos espaços de poder de decisão. Sendo uma figura com histórico militante, a vereadora passou por comissão de direitos humanos e defende sua luta na câmara enquanto mulher negra preocupada em questões como moradia, programas sociais e violência.

4.3. Condição de ser mulher – campanha

Buscando conhecer de que forma o fato de ser mulher incide nas atividades políticas das vereadoras, pedimos para que nos fosse contada uma situação em a condição de ser mulher influenciou na discussão política. Enquanto Cátia Rodrigues preferiu compartilhar que foi escolhida como representante feminina do ministério de sua igreja no campo político, o que a fortalece em momentos que ela precisa se impor em defesa de seus ideais.



A vereadora Marta Rodrigues evidenciou como, no próprio partido, as mulheres eram relegadas a aparecer na TV nos dias de semana, tendo que lutar para ter sua imagem transmitida nos dias de sábado, quando a programação política recebia mais atenção.

Lorena Brandão destacou o fato da participação feminina ainda ser deficitária (dos 43 vereadores eleitos em Salvador, apenas oito são mulheres), e cercada de preconceito e desconfiança. Esse número, porém, vem crescendo se comparado a legislaturas anteriores, e mais do que isso, vem se fortalecendo tanto no interior da câmara quanto fora, na sociedade, onde as mulheres vem conquistando um maior espaço político.

4.4 Situações de silenciamento

Nesse tópico, procuramos saber das vereadoras, enquanto mulheres e na posição que ocupam na câmara, se já haviam sido silenciadas em algum momento, dentro desse ambiente que sabemos ser predominantemente masculino.

Nesse ponto, a vereadora Lorena Brandão ressalta que, na câmara há muito respeito e a postura das vereadoras lá dentro é sempre de não se calar. Seguindo essa lógica, Cátia Rodrigues relata que apesar de não haver esse silenciamento propriamente dito, pois as vereadoras não deixam de se impor e de se pronunciar, há sim um preconceito, pois por serem vereadoras, muitas vezes são pouco ouvidas.

Vale a pena ressaltar, que a vereadora Cátia Rodrigues é a vice-presidente da Comissão da Mulher na câmara municipal de Salvador. Além disso, a vereadora Lorena Brandão é a vice-presidente da CCJ e presidente da Comissão de Revisão da Lei Orgânica do município. O que, de acordo com elas, mostra o crescimento e a conquista das mulheres nesses espaços.

Reafirmando essa realidade, a vereadora Marta Rodrigues acrescenta que, apesar das vereadoras questionarem constantemente e acompanharem todos os passos para evitar essas situações de silenciamento, as mulheres ainda são minoria nos órgãos públicos de poder. Dessa forma, ela aponta que a câmara é composta por 43 vereadores e apenas oito vereadoras, e na assembleia são 63 deputados e apenas oito deputados, chegando mais ou menos a uma porcentagem de 10% que é representada por mulheres.



Dentro desse panorama, as vereadoras falam sobre a campanha *#meouça*, formada pela comissão da mulher e com o propósito de dar voz as mulheres e fazer com que elas ocupem a mesa da câmara. Marcia Rodrigues relata que no próprio plenário elas sofrem a dificuldade de serem ouvidas, pois muitas vezes são intimidadas e não devidamente ouvidas pelos homens dentro da casa. Dessa forma, é preciso que haja uma ocupação que dê voz e aborde temas necessários e importantes para as mulheres.

5. Considerações finais

A partir da nossa pesquisa teórica e das entrevistas com as vereadoras, nós conhecemos e exploramos um tema que é pouco conhecido e debatido. Nosso objetivo ao fazer esse recorte foi justamente falar sobre um assunto que é pouco discutido e cujo qual há poucas pesquisas e artigos na área, principalmente em Salvador.

Em parte, foi muito satisfatório conhecer uma realidade com a qual não temos muito contato, e poder observar, não só na teoria como na prática, a vivência e a experiência das mulheres que nos representam na câmara municipal de Salvador. Pudemos descobrir como a vida pessoal influencia no exercício da política, principalmente no caso das mulheres, que muitas vezes tem de se desdobrar entre a maternidade e a vida profissional. Também pudemos ver, no caso das vereadoras que defendem bandeiras evangélicas, o quanto a igreja e o ministério funcionam como seu escudo e sua espada, sendo ao mesmo tempo os ideais que elas defendem, e aquilo que lhes dá força para permanecer no meio político.

Infelizmente, não alcançamos o resultado esperado, que seria conhecer a experiência das oito vereadoras que compõem a câmara municipal, em face da indisponibilidade (e até mesmo inacessibilidade) de algumas em face a nossa pesquisa. Ainda assim, consideramos que nossa pesquisa conseguiu chegar ao objetivo desejado, qual era, descobrir um pouco mais da experiência feminina na legislatura soteropolitana.

9. Referências bibliográficas

- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. O feminismo e política. In: MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. cap. 1, p. 17-29.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. cap. 4, p. 63-91.



MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: _____. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014. cap. 6, p. 93-107.

FERREIRA, Maria Mary. **Feminismo na política**: reflexões sobre as plataformas das candidatas maranhenses nas eleições de 2014. São Luís: EDUFMA, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher e da cidadã**: por Olímpia de Gouges. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 172 p.

VALE, M. M. **Mulheres na Política Local**: Reflexões sobre a Gênese da Desigualdade de gênero em Salvador. Paraíba: Editora Universitária da UFPB, 2012.